

**Cencosud Brasil Comercial S.A.**CNPJ nº 39.346.861/0350-58  
Relatório da Administração**1. DESTAQUES 4T22/2022**

**Recorde da Receita Líquida:** atingiu R\$ 2,7 bilhões no 4T22 (R\$ 1,8 bilhão no Varejo e R\$ 829 milhões no Atacado), com aumento de +25,0% sobre o 4T21. As vendas das mesmas lojas no Consolidado foi de +6,0%<sup>1</sup> no 4T22 (+6,5% excluindo postos). No Varejo, as vendas das mesmas lojas cresceram 4,5%. No Atacado, o aumento foi de 8,5% nas vendas das mesmas lojas, incluindo a aquisição do Giga, sendo que o crescimento total na receita líquida foi de 11,7%, o que representou 31,1% da receita líquida da Cencosud Brasil. **Expansão acelerada:** recorde de abertura de lojas nos últimos 8 anos, sendo uma loja Giga aberta durante o último trimestre, encerrando o ano com 372 lojas, 323 no formato Varejo<sup>2</sup> e 49 no Atacado. No mesmo período, foram reformadas 3 lojas da bandeira GBarbosa e Bretas. Capex atingiu R\$ 51,7 milhões, destinados principalmente a abertura de lojas. Em 2022, totalizou R\$ 220,6 milhões, 21,9% superior a 2021. **EBITDA em evolução:** com crescimento de 37,2% e margem EBITDA de 6,4%, influenciado pela conversão de formatos às necessidades dos clientes (Supermercados e C&C), aquisições e expansão orgânica, além de melhores negociações com fornecedores, entre outros fatores. **Melhorando o Ecossistema Digital:** a bandeira Giga passou a operar na Cornershop, ampliando a capilaridade da marca no estado de São Paulo. A operação de e-commerce do Prezunic foi expandida para as comunidades do Rio de Janeiro, potencializando ainda mais a base de clientes on-line. A identificação de cliente atingiu 61,8%, destacando a bandeira Prezunic que atingiu 84,0% da venda identificada. **Progresso na estratégia de ESG:** o pilar Planeta avançou com a parceria "Sou Vagalume" (fuzenda de energia solar), refletindo em um aumento da utilização de eletricidade renovável em 72,2%. Houve aumento de 87,4% nas doações de alimentos, equivalente a 52 toneladas. <sup>1</sup> Inclui receita dos segmentos de Varejo, Atacado (Giga a partir de jul/22), Farmácia, Postos, Quiosques e Digital. <sup>2</sup> Inclui Supermercados, Postos de Combustível, Eletroshov e farmácias.

**2. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS****2.1 Demonstrativo de Resultados - Consolidado<sup>1</sup>**

(R\$ milhões)	Consolidado					
	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Receita Bruta	2.991	2.403	24,5%	10.326	9.141	13,0%
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.662</b>	<b>2.131</b>	<b>24,9%</b>	<b>9.199</b>	<b>8.149</b>	<b>12,9%</b>
<i>Mesmas Lojas</i>	<i>6,0%</i>	<i>-8,1%</i>		<i>3,2%</i>	<i>-2,9%</i>	
Custo das mercadorias vendidas	(2.097)	(1.656)	26,7%	(7.197)	(6.364)	13,1%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>565</b>	<b>475</b>	<b>18,9%</b>	<b>2.002</b>	<b>1.785</b>	<b>12,2%</b>
% Margem Bruta	21,2%	22,3%	-1,1 p.p.	21,8%	21,9%	-0,1 p.p.
Desp. com Venda	(301)	(279)	7,9%	(1.127)	(1.056)	6,7%
% da Receita Líquida	-11,3%	-13,1%	1,8 p.p.	-12,2%	-13,0%	0,7 p.p.
Desp. Gerais e Adm.	(191)	(157)	21,4%	(677)	(512)	32,1%
% da Receita Líquida	-7,2%	-7,4%	0,2 p.p.	-7,4%	-6,3%	-1,1 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	1	4	n.a.	14	5	n.a.
<b>EBITDA</b>	<b>171</b>	<b>124</b>	<b>37,2%</b>	<b>571</b>	<b>500</b>	<b>14,2%</b>
% Margem EBITDA	6,4%	5,8%	0,6 p.p.	6,2%	6,1%	0,1 p.p.

<sup>1</sup> Inclui receita dos segmentos de Varejo, Atacado, Farmácia, Postos, Quiosques e Digital.<sup>2</sup> Consolidação do Giga a partir de 1º de julho de 2022.**2.2 Demonstrativo de Resultados por Segmento**

(R\$ milhões)	Varejo					
	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Receita Bruta	2.080	1.975	5,3%	7.750	7.744	0,1%
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.833</b>	<b>1.749</b>	<b>4,8%</b>	<b>6.870</b>	<b>6.901</b>	<b>-0,5%</b>
<i>Mesmas Lojas</i>	<i>4,5%</i>	<i>-11,7%</i>		<i>0,5%</i>	<i>-5,4%</i>	
Custo das mercadorias vendidas	(1.407)	(1.337)	5,2%	(5.259)	(5.326)	-1,3%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>426</b>	<b>412</b>	<b>3,5%</b>	<b>1.611</b>	<b>1.575</b>	<b>2,3%</b>
% Margem Bruta	23,3%	23,6%	-0,3 p.p.	23,4%	22,8%	0,6 p.p.

(R\$ milhões)	Atacado					
	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Receita Bruta	912	428	113,1%	2.576	1.397	84,3%
<b>Receita Líquida</b>	<b>829</b>	<b>382</b>	<b>117,0%</b>	<b>2.329</b>	<b>1.248</b>	<b>86,6%</b>
<i>Mesmas Lojas</i>	<i>8,9%</i>	<i>4,1%</i>		<i>8,8%</i>	<i>3,6%</i>	
Custo das mercadorias vendidas	(691)	(319)	116,5% (1.938)	(1.038)	(86,6%)	
<b>Lucro Bruto</b>	<b>138</b>	<b>63</b>	<b>120,0%</b>	<b>391</b>	<b>210</b>	<b>86,4%</b>
% Margem Bruta	16,7%	16,5%	0,2 p.p.	16,8%	16,8%	0,0 p.p.

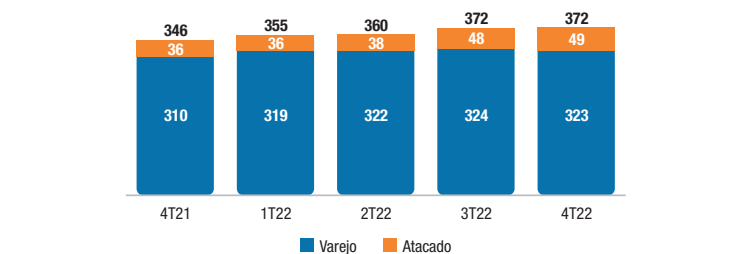
**3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O ano de 2022 foi mais um marco na história da consolidação da Cencosud no Brasil. A Companhia demonstrou e confirmou a sua capacidade de crescer, seja através da aquisição do Giga ou pelo crescimento orgânico, e todo o time trabalhou para isso de forma incansável. A aquisição do Giga chegou para somar, proporcionando a entrada no mercado de São Paulo. Foi também o período com o maior investimento dos últimos anos em novas lojas e reformas em todas as bandeiras, onde abrimos 20 lojas e reformamos outras 11 lojas. Enceramos o ano com chave de ouro, com a inauguração da 11ª loja do Giga Atacado e a 1ª sobre a gestão de Cencosud com um investimento de R\$ 30 milhões e entrega da loja em apenas 90 dias. Ainda em 2022, organizamos e iniciamos, em parceria com a Cornershop, o serviço de delivery nesta bandeira e seguimos confiantes no fortalecimento da marca. No Digital, também obtivemos importantes avanços: realizamos a migração do e-commerce do GBarbosa e Bretas para a plataforma VTEX, a mesma utilizada nos outros países onde a Companhia opera. No GBarbosa já operamos na área de Alimentos e Não-alimentos no mesmo ambiente e em todos os estados do Nordeste. Lançamos o novo App Spid utilizando o mesmo pacote tecnológico implantado em outros países. Aperfeiçoamos os níveis de serviço no e-commerce e oferecemos pontualidade e compra completa aos nossos clientes. Além disso, demos início ao projeto de entrega em comunidades no Rio de Janeiro com a bandeira Prezunic, e melhoramos a experiência dos Apps das bandeiras com novos componentes, gamificação e mais funcionalidades para serviços financeiros. Finalizamos este ano com avanço no NPS de nossas bandeiras e melhorias tanto em nossas lojas físicas quanto no e-commerce. Em ESG, implantamos programas, indicadores e desenvolvemos parcerias que nos permitiram avançar em práticas sustentáveis, a exemplo do programa Resíduo Pago, que promove o aumento da reciclagem; investimos no aumento de consumo de energia elétrica renovável, com destaque para a parceria com a fazenda de energia solar Sou Vagalume em Minas Gerais; seguimos cada vez mais fortes com Doações de Alimentos; e avançamos no desenvolvimento de lideranças femininas por meio da cotia para mulheres no programa corporativo de mentoring de liderança. Somos gratos ao nosso grande time de mais de 20 mil colaboradores que trabalharam para que a Cencosud Brasil avançasse rumo ao seu crescimento de forma consistente e sólida, atingindo uma receita líquida de R\$ 9,2 bilhões e crescimento de 12,9% sobre o mesmo período do ano anterior. Por fim, seguimos firmes com a crença de que o Brasil oferece muitas oportunidades para o crescimento do nosso negócio. Vamos buscar mais conquistas e realizações em 2023.

**Sebastião Dario Los**  
Diretor-Presidente

**4. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**4.1 Programa de Expansão:** O time de gestão, nomeado em 2018, conseguiu entregar, apesar das incertezas econômicas e políticas do país, a expansão mais agressiva dos últimos 8 anos, abrindo 20 lojas em 2022, dobrando de tamanho das 10 novas lojas abertas no 4T21. Além disso, como parte da nova estratégia destinada a atrair e reter clientes para aumentar o engajamento e a relevância local, a Cencosud encerrou 2022 reformando 11 lojas e trazendo um formato mais moderno e diferenciado. As duas primeiras migrações de formatos, da marca GBarbosa supermercado para o Mercantil Atacado (segmento Cash & Carry) também ocorreram em 2022, tendo como principais objetivos agregar valor e uma melhor experiência de compra aos clientes. Dessa forma, ao final de dezembro a Cencosud Brasil contava com 372 lojas, sendo 323 no Varejo e 49 no Atacado.



	dez/21				dez/22	
	Nº Lojas	Abertas	Conversão	Fechadas	Nº Lojas	Área de vendas m² (mil)
Varejo	310	20	-2	-5	323	488
Atacado	36	11	2	-	49	91
<b>Consolidado</b>	<b>346</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>-5</b>	<b>372</b>	<b>579</b>

O programa de expansão seguiu o ritmo no trimestre, onde destacamos os principais acontecimentos:

- 3 lojas reformadas:** do GBarbosa e Bretas foram totalmente remodeladas, ganhando um novo ambiente para compras e novas fachadas, além da melhoria nos setores de padaria, hortifruti, frios, carne, entre outros.
- 1 abertura:** com investimento de R\$ 30 milhões e cinco meses após a aquisição, o Giga Atacado inaugurou em dezembro a loja em Tremembé, São Paulo, sua 11ª unidade. Com 3.300 m² de área de vendas, 6.500 itens, 16 checkouts e caixas exclusivas para comerciantes e mercado transformador, além de 4 self-checkouts. Com uma estrutura moderna e sustentável, sua fachada de vidro valoriza a iluminação natural e reduz consumo de energia, assim como as lâmpadas de LED e o reaproveitamento de águas pluviais, contribuindo para reduzir o impacto ambiental do empreendimento. O Giga Atacado contribuiu para a geração de 110 novos empregos diretos e mais de 100 indiretos.
- 4.2 Evolução Marcas Próprias: Marcas Próprias:** No 4T22, o portfólio de marcas próprias atingiu 1.661 SKU's (1.227 no 4T21), com crescimento de 35,4% (alimentos e não alimentos). Em termos de participação da receita líquida, atingiu 3,4%, ficando em linha com o mesmo período do ano anterior (3,6% no 4T21). Considerando as marcas próprias de alimentos, a participação foi de 2,8% na receita. A receita líquida cresceu 1,7% no 4T22, quando comparado ao 4T21. No ano, o crescimento foi de 14,9%, com participação na receita de 3,6% contra 3,3% em 2021. **Prezunic e GBarbosa:** A receita líquida cresceu de 19,5% quando comparado ao 4T21, impulsionada principalmente pelos setores de perecíveis. Também foi lançado o GBarbosa e Prezunic a marca Family Care (higiene pessoal) com uma gama importante de produtos como hastes flexíveis, algodões entre outros. **No Bretas:** A marca própria foi fortalecida com o lançamento de alimentos para cães (ração). **4.3 Meio Ambiente, Social e Governança:** O ano de 2022 foi marcado pela intensificação e o maior comprometimento da Cencosud Brasil com as iniciativas de Meio Ambiente, Social e Governança (ESG). Os avanços anuais nos pilares estratégicos foram: **Energia Renovável e Proveniente de geração solar compartilhada:** A Companhia continuou trabalhando fortemente nas iniciativas para um consumo mais sustentável de energia limpa, com destaque para a parceria com a fazenda de energia solar *Sou Vagalume*, em Minas Gerais. No trimestre, o consumo de energia renovável teve uma economia de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, todavia como o consumo total de energia da Companhia obteve uma economia maior ainda, a participação na matriz energética atingiu 72,2% do total da energia consumida, ficando um pouco abaixo do mesmo período do ano anterior. No ano, o aumento foi de 6,7 p.p., atingindo 70,4% do total. **Iniciativas de Eficiência Energética:** A Companhia tem investido em reformas de lojas, incluindo a substituição de lâmpadas convencionais por LED, que atingiu 56,2% do total. O fechamento de expositores refrigerados com portas de vidro e a substituição de expositores refrigerados convencionais por plug-in continuaram sendo o destaque, com participação de 61,1% e 97,5%, respectivamente. **Outras Iniciativas Sustentáveis:** A Cencosud reiterou sua meta de até 2025 ter 100% dos ovos de suas marcas próprias provenientes de galinhas livres de gaiolas e até 2028, ter 100% dos ovos comercializados nas suas lojas sejam provenientes de galinhas livres de gaiolas. Nesse sentido, a primeira loja do Prezunic em Rio de Janeiro, passou a vender exclusivamente ovos livres de gaiolas. **Doações de Alimentos:** A companhia segue cada vez mais forte com doações de alimentos. Em reconhecimento aos serviços prestados, o GBarbosa-Araçáji, recebeu em novembro, o Selo Doador Oficial do Mesa Brasil Sesc, uma parceria do programa que existe há quase 10 anos. Além disso, a Cencosud participou de campanhas de doações emergenciais, como das chuvas no sul da Bahia, na região serrana do Rio de Janeiro e no interior de Sergipe. No trimestre as doações cresceram 87,4%, atingindo 51,4 toneladas. **Instituto GBarbosa:** O braço social da companhia retornou fortemente as ações presenciais focadas na longevidade, qualidade de vida e bem-estar, onde o atendimento atingiu 1.397 pessoas, com crescimento de 123,5% no trimestre. Em contrapartida as visualizações online declinaram devido ao término da pandemia. **Inclusão e Diversidade:** A empresa, por meio de seu programa de mentoria de liderança corporativa, fez um progresso significativo no aumento da diversidade. Em 2022, as lideranças femininas inseridas no programa chegaram a 34,6% e a inclusão de pretos/pardos em cargos de liderança chegaram a 63,2%, um dos maiores índices do setor supermercadista. Os colaboradores com mais de 50 anos também cresceram, atingindo 18,6% do efetivo da Cencosud no final do ano. Abaixo destacamos-se os principais indicadores de acompanhamento da Cencosud Brasil:

	4T22	4T21	Δ %	2022	2021	Δ %
<b>Planeta</b>						
<b>Energia renovável do mercado livre</b>						
MWh	45.442	48.817	-6,9%	177.320	190.918	-7,1%
% de energia total	72,2%	72,8%	-0,6 p.p.	70,4%	63,7%	6,7 p.p.
<b>Energia proveniente de consórcio de geração solar compartilhada</b>						
MWh	2.043	-	100,0%	7.828	-	100,0%
% de energia total	3,3%	-	3,3 p.p.	3,1%	-	3,1 p.p.
<b>Iniciativas de Eficiência Energética</b>						
Lâmpadas de LED (% de abrangência)	56,2%	43,0%	13,2 p.p.	56,2%	43,0%	13,2 p.p.
Expositores Refrigerados Plug-ins (% de abrangência)	97,5%	96,0%	1,5 p.p.	97,5%	96,0%	1,5 p.p.
Expositores Refrigerados com Porta de Vidro (% de abrangência)	61,1%	59,0%	2,1 p.p.	61,1%	59,0%	2,1 p.p.
<b>Reciclagem de resíduos da operação própria (toneladas)</b>	1.723	2.351	-26,7%	8.603	10.029	-14,2%
<b>Reciclagem de resíduos de clientes</b>						
Ponto de Entrega Voluntária das Lâmpadas (toneladas)	1,2	0,7	63,9%	4,5	4,5	0,4%
Ponto de Entrega Voluntária de Oleo de Cozinha (toneladas)	0,2	-	100,0%	0,5	-	100,0%
Sacolões Retornáveis (mil unidades)	174	191	-9,0%	670	830	-19,0%
<b>Rastreabilidade de Hortifruti (% de conformidade)</b>	82,8%	82,0%	0,8 p.p.	82,8%	82,0%	0,8 p.p.

	4T22	4T21	Δ %	2022	2021	Δ %
<b>Pessoas</b>						
<b>Projeto Vida (canal YouTube)</b>						
Inscritos (mil)	59	58	1,0%	59	58	1,0%
Visualizações (mil)	23	493	-95,4%	156	1.608	-90,3%
<b>Instituto GBarbosa</b>						
(qt. de atendimentos presenciais)	1.397	625	123,5%	5.545	625	787,2%
<b>Troco Solidário (R\$ mil arrecadados)</b>	11	21	-49,5%	57	109	-47,6%
<b>Doações de alimentos para entidades filantrópicas</b>						
toneladas doadas	52	28	87,4%	171	98	75,2%
qt. de lojas doadoras	45	21	114,3%	73	27	170,4%
<b>Força de Trabalho</b>						
% de colaboradores acima de 50 anos	18,6%	16,2%	2,4 p.p.	18,6%	16,2%	2,4 p.p.
Cidade. de Jovens Aprendizizes	507	550	-7,8%	507	550	-7,8%
% de colaboradores com alguma deficiência	5,0%	5,0%	0,0 p.p.	5,0%	5,0%	0,0 p.p.
<b>Inclusão de Gênero e Raça</b>						
% de mulheres em cargos de liderança	34,6%	34,9%	-0,3 p.p.	34,6%	34,9%	-0,3 p.p.
% de negros (pretos ou pardos) em cargos de liderança	63,2%	62,9%	0,3 p.p.	63,2%	62,9%	0,3 p.p.

**5. INICIATIVAS DIGITAIS**

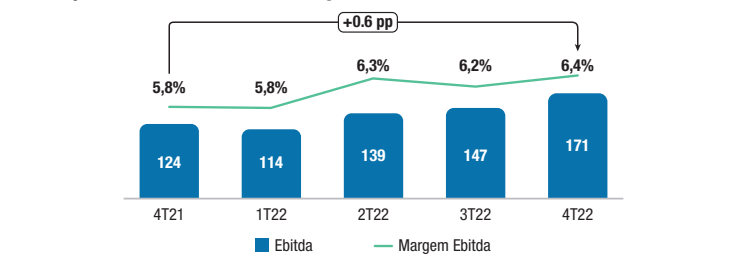
**5.1 E-commerce:** No 4T22, a receita líquida do e-commerce, contemplando os canais próprio e parceiros, atingiram R\$ 47,1 milhões, representando 22,3% de crescimento contra o mesmo período do ano passado. As avanços do crescimento foram nas plataformas próprias de Alimentos e Não Alimentos. Considerando o ano 2022, o e-commerce obteve uma receita líquida de R\$ 195,7 milhões, equivalente a um crescimento de 50,5% contra 2021. No 4T22, a bandeira Giga Atacado entrou efetivamente no Digital, passando a operar na Cornershop, ampliando a capilaridade da marca no estado de São Paulo. Outra iniciativa importante, foi o início da operação de e-commerce do Prezunic nas comunidades do Rio de Janeiro, levando o serviço de compra on-line a mais lares cariocas. Por último, mas não menos importante, destaca-se a jornada do e-commerce da Cencosud, que segue em forte desenvolvimento e aperfeiçoamento do ecossistema digital, com o objetivo de prover uma melhor experiência de compra. **5.2 Programas de CRM:** Os programas de CRM ampliaram a penetração no 4T22, totalizando cerca de 4,4 milhões de clientes cadastrados. Em termos de identificação de clientes nas vendas realizadas, o total Cencosud Brasil ficou em 61,8%, destacando a bandeira Prezunic que atingiu 84,0% da venda identificada. O incremento de clientes teve impacto positivo devido ao evento do aniversário da Cencosud e o período sazonalidade em que implantamos iniciativas ampliar a conexão dos clientes junto aos programas. As novas funcionalidades implantadas nos Apps, melhoraram a experiência para nossos clientes, além promover os novos serviços e soluções. Os programas de CRM continuam com ênfase para ampliar a personalização e experiência digital, construindo uma relação de confiança cada vez mais intensa com nossos clientes.

**6. DESEMPENHO FINANCEIRO**

**6.1 Comentário sobre o desempenho do trimestre:** A receita líquida consolidada foi R\$ 2,7 bilhões no 4T22 com aumento de +24,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$ 2,1 bilhões). As vendas das mesmas lojas considerando a aquisição do Giga atingiram +6,0% (+6,5% excluindo postos) versus -8,1% no 4T21. No formato Varejo, as vendas das mesmas lojas cresceram 4,5% e 8,9% no Atacado, que nesse período contribuiu com 31,1% da receita líquida. O canal digital também teve uma participação positiva no trimestre, com crescimento de 22,3% sobre o mesmo período do ano anterior. A receita líquida no Varejo alcançou R\$ 1,8 bilhão no 4T22, com crescimento de 4,8% sobre o mesmo período do ano anterior. Esse aumento decorre da performance dos setores de não alimentos com aumento de 5,9% e do setor de alimentos, apresentando um crescimento de 4,9%, enquanto no setor de postos de combustíveis apresentou perda de -14,8% em função da redução dos preços. Excluindo o efeito dos postos, o crescimento do Varejo seria de 5,4%. No período, as vendas das mesmas lojas foi de +4,5% comparado a -11,7% no 4T21. A receita líquida do Atacado atingiu R\$ 829,1 milhões no 4T22, com crescimento de +117,0% sobre o mesmo período do ano anterior, parte relevante desse crescimento refere-se à consolidação do Giga Atacado no início do trimestre anterior. O crescimento nas vendas das mesmas lojas foi de +8,9% no trimestre contra +4,1% no 4T21. **Lucro Bruto** no 4T22 foi de R\$ 564,6 milhões, crescimento de 18,9% quando comparado aos R\$ 474,8 milhões no 4T21. A margem bruta foi 21,2% no trimestre ante 22,3% no 4T21. Esse desempenho refletiu o impacto do repasse parcial da inflação aos preços, compensado pelo aumento dos abatimentos recebidos dos fornecedores e pelo crescimento da participação das vendas no Atacado. **As Despesas com Vendas** no 4T22 foram de R\$ 301,3 milhões, com um aumento de +7,9% sobre o 4T21 (R\$ 279,3 milhões). Como percentual da receita, as despesas representaram 11,3% versus 13,1% no 4T21, com redução de -1,8 p.p.. Essa melhora deve-se em grande parte pelo aumento na participação do Atacado com a aquisição do Giga, onde o segmento apresenta menores despesas operacionais, além disso, a Companhia continua consolidando os planos de eficiência em toda a operação com reduções de gastos com pessoal em 0,7 p.p., menor consumo de energia elétrica com ganho de 0,5 p.p., serviços terceirizados em em 0,2 p.p. entre outros. **As Despesas Gerais e Administrativas** no 4T22 foram de R\$ 191,1 milhões, um aumento de 21,4% quando comparado ao 4T21 (R\$ 157,5 milhões). A participação na receita líquida, foi 7,2%, com uma melhora 0,2 p.p. em relação mesmo período do ano anterior (7,4%). A melhoria nessa despesa deve-se principalmente pelas maiores sinergias ocorridas entre as bandeiras e que ainda estão em processos de evolução. O Ebitda atingiu R\$ 170,7 milhões, com crescimento de 37,2% sobre o 4T21. A margem Ebitda foi de 6,4% com incremento de 0,6 p.p. quando comparado aos 5,8% no mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deveu-se pela consolidação dos projetos de eficiência operacional, manutenção da margem bruta e a aquisição do Giga. **O Resultado Financeiro líquido** do 4T22 foi negativo em R\$ -199,4 milhões comparado a R\$ -97,7 milhões no 4T21. O resultado decorre da variação dos juros passivos de arrendamento, ajuste a valor presente da contratação de financiamento para a aquisição do Giga, do aumento na taxa de juros que afetou operações bancárias de antecipação de recebíveis, e renegociações de prazos com fornecedores. **O Resultado líquido** no 4T22 foi negativo em R\$ -176,1 milhões versus R\$ -54,5 milhões no mesmo período de 2021.

**6.2 Representatividade da Receita Líquida por Segmento:**

	4T22			4T21			12M22			12M21		
Receita Líquida (R\$ milhões)	Vendas Totais	% Total Lojas	% Total	Vendas Totais	% Total Lojas	% Total	Vendas Totais	% Total Lojas	% Total	Vendas Totais	% Total	
Varejo	1.833	68,9%	74,9%	1.749	82,1%	6,870	74,7%	6.901	84,7%	6.901	84,7%	
Atacado	829	31,1%	38,2%	382	17,9%	2.329	25,3%	1.248	15,3%	1.248	15,3%	
<b>Total</b>	<b>2.662</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.131</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.199</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.149</b>	<b>100,0%</b>				

**6.3 Evolução da Rentabilidade: Ebitda e Margem Ebitda**



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Cencosud Brasil Comercial S.A.**

★ **continuação**

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados e ajustados, se assim necessário, ao final de cada exercício, os ganhos e as perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com os saldos contábeis residuais e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na conta de resultado. O Grupo também realiza avaliações de ativos. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ações e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente a fim de identificar eventuais perdas (*impairment*). As revisões de *impairment* do ativo são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pela diferença negativa entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ativo é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ativo se origina, não identifica dados de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ativo, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. *Impairment* de ativo reconhecido no resultado do exercício não é reversível.

**2.16 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contrárias por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos, são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os saldos de fornecedores são registrados pelo custo de aquisição e ajustados a valor presente quando o efeito da aplicação da taxa de desconto é material, sendo os juros correspondentes incluídos nos custos das transações. Os saldos de fornecedores são avaliados com base no cálculo das perdas líquidas esperadas e os juros são calculados pela taxa média de operações compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado. **Fornecedores Convênio:** O Grupo oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempesividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo. Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. As receitas obtidas das antecipações dos títulos a pagar (risco sacado) (Nota 15.1) são reconhecidas por competência de acordo com as assinaturas dos contratos, os valores são apurados mensalmente e com base nessa apuração é realizada provisão do saldo a receber. As receitas de risco sacado são reconhecidas na rubrica de "Outras receitas, líquidas (Nota 27)".

**2.17 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos das transações) e o valor total a pagar, é registrada na efetuaação da operação dos prazos dos títulos a pagar para atender aos interesses mútuos de cada parte, os juros incorridos na operação são reembolsados pela Companhia aos fornecedores, estes passivos financeiros foram incluídos em rubrica destacada do balanço patrimonial com características de empréstimos e financiamentos. As despesas com juros relacionados a essa operação são classificadas no resultado da Companhia na rubrica de "Resultado Financeiro, líquido (Nota 28)".

**2.18 Provisões:** As provisões para cobrir perdas em ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor for estimável com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas a perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de risco de inadimplência, o tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.19 Outros passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data das demonstrações financeiras. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, os outros passivos são classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentados no passivo não circulante. **2.20 Arrendamentos:** O Grupo possui como principal atividade de arrendamento a locação de imóveis para utilização como lojas de varejo além de imóveis para utilização como centrais de distribuição e sedes administrativas. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos entre 5 e 20 anos e podem incluir opções de prorrogação. Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como investimentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente, os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem da apuração do faturamento, índice ou de taxa; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa nominal de empréstimo, o Grupo: • Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recobido; • Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros limpa de risco, após o que o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo ou no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. • Faz ajustes específicos à taxa ou ao prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. (f) **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas, para algumas lojas até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com as vendas variáveis, tais como vendas usadas por uma identidade de razões, inclusive minimizar a perda de custos fixos em lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. (ii) **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **2.21 Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais do caso investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras de acordo com os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, se a participação societária na coligada for reduzida, mas por retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.22 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no resultado líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nos itens tributários proumduas na data do balanço. As aliquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se o resultado do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (regulou fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos quando há uma expectativa provável de que haja lucro tributável futuro e contra o qual esses créditos fiscais possam ser usados. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando

há um direito legalmente exigível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes, de mesma pessoa jurídica. **2.23 Benefícios a empregados: (a) Participação nos lucros:** A provisão para a participação nos lucros é apurada com base em metas qualitativas e quantitativas atingidas e reconhecidas no curso normal das atividades da Companhia. A participação nos lucros é paga a um empregado com base em um cálculo prático baseado em uma prática passada que resulte em obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **(b) Plano de remuneração baseado em ações:** A Companhia oferece a seus executivos a outorga de ações como forma de bonificação para retenção dos profissionais do grupo no longo prazo efetuada pela controladora da Companhia no Chile. Os planos são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza métodos de valorização apropriados, cujos detalhes estão divulgados na Nota 32.1. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como despesa, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido na conta de reserva de capital. **2.24 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor contábil líquido de patrimônio líquido. O reconhecimento de receita pelo exercício do pagamento do preço da transação forma, devido ao custo do cliente e compra o produto e o reita na loja. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. **Outras Receitas:** As outras receitas advindas de serviços, garantias estendidas, financeiras e outras fontes são reconhecidas sempre considerando o momento em que a Companhia e suas controladas cumprem as suas obrigações perante as outras partes, podendo ser ao longo da vigência do contrato, cumprimento de metas e manutenção de recursos em aplicações financeiras.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis representam sérios julgamentos e estimativas razoáveis. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perda (impairment) do ativo e marcas com vida útil indefinida:** Anualmente, a Companhia testa perdas (*impairment*) no ativo e nas marcas com vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis do grupo de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14). Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos. **Análise Sensibilidade:** Se a margem bruta usada no cálculo do valor em uso para a UGC fosse 0,5% menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2022, o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 138% ao invés de 193% no segmento do Varejo, e 289% ao invés de 331% no segmento do Atacado. Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC fosse 1% maior que as estimativas da administração, o Grupo teria reconhecido saldo excedente de geração de caixa sob os ativos registrados em 106% ao invés de 193% no segmento do Varejo, e 253% ao invés de 331% no segmento do Atacado. **(b) Ativos de vida útil definida:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada para utilização de cada bem. No caso do ativo imobilizado, a avaliação é feita pela administração e considera a forma de utilização desses ativos nas operações da Companhia. No caso de ativos intangíveis com vida útil definida, como carteira de clientes, softwares e fundo de comércio, a avaliação é feita com base no tempo médio de utilização desses ativos, que considera os termos dos contratos. Em relação às beneficiárias de arrendamento em imóveis de terceiros, a amortização é calculada e registrada de acordo com o período dos contratos de aluguel, os períodos de depreciação/amortização são revisados em circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la). **(c) PIS e COFINS - Ampliação do Conceito de Insumo:** Com a decisão proferida no REsp 1.221.170/PR (decisão que tem efeito vinculante em tribunais inferiores e administrativos), o STJ, em Acórdão datado de 22.02.2018, publicado no DJ e de 24.04.2018, definiu o conceito de insumo para fins de cálculo dos créditos de PIS e COFINS, com base nos critérios da essencialidade ou da relevância, em resumo, foi decidido pelo STJ: a) ilegalidade das Instruções Normativas 247/2002 e 404/2004 da

Receita Federal do Brasil - RFB, por considerar que os limites interpretativos previstos nos dois normativos restringiram indevidamente o conceito de insumo; e b) que "a aferição da essencialidade ou da relevância daqueles elementos na cadeia produtiva impõe análise casuística, porquanto sensivelmente dependente de insumo pelo próprio produtor". Dessa forma, caberá às instâncias de origem avaliar se o produto ou o serviço constitui elemento estrutural e inseparável do processo produzido ou da execução do serviço. A Companhia em sua análise de planejamento tributário, efetuou registros de créditos de PIS e COFINS sob insumos, conforme permitido em legislação supracitada. A Cencosud entende que, para fins de crédito de PIS e COFINS, devem ser considerados insumos tudo aquilo que seja imprescindível para o desenvolvimento da atividade econômica e apurou despesas necessárias à sua operação, que por consequência foram classificadas como insumos, tendo em vista que qualquer entendimento contrário geraria uma distorção no equilíbrio proposto tanto pela Constituição Federal, quanto pelo Superior Tribunal de Justiça. A Companhia ainda esclarece que tais créditos não representam um ativo contingente, uma vez que a própria legislação os permite, motivo pelo qual seu risco é baixo para uma reversão. **(d) Classificação das Operações de Risco sacado:** A Companhia em sua análise as operações de risco sacado em atendimento aos respectivos Ofícios FVM relacionados ao tema, efetuou duas classificações distintas em acordo com a natureza das operações realizadas: • Inclusão de linha específica separada para Fornecedores, sendo "Fornecedores Convênio" no balanço patrimonial, para as operações de convênios firmados com instituições financeiras, por meio dos quais os fornecedores possuem a possibilidade de realizar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações de compras de mercadorias e serviços, nesse caso a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a operação é realizada a critério do fornecedor junto ao Banco e para a Companhia não há alterações no prazo original das faturas e os valores contratados, operações identificadas em Nota 15.1. • Inclusão de linha específica separada para Empréstimos, sendo "Outros passivos financeiros (convênio)" no balanço patrimonial, para as operações de convênios em transações de compras recorrentes entre a Companhia e seus fornecedores de produtos e serviços, onde através da linha de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, os fornecedores podem modificar o prazo de seus recebíveis, nesses casos ocorre a renegociação com aumento dos prazos dos títulos a pagar e juros incidentes em decorrência do alargamento dos prazos. Devido a características da negociação com alargamento de prazos e incidência de juros, a Companhia avalia estes passivos como de natureza financeira, operações identificadas em Nota 16.1. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A administração estabelece procedimentos de gestão de riscos de liquidez e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade das operações e o seu patrimônio. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e busca proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Monitoramento	Operações de Curto e Médio Prazo
Macroeconômico	
Exposição cambial	Contratação de Swap cambial
Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Análise de vencimento	Monitoramento dos limites de crédito
Avaliação de crédito	Diversificação de instituições financeiras
Acompanhamento do fluxo de caixa	

	Valor bruto financeiro	Valor bruto financeiro	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
<b>Consolidado</b>			
Em 31 de dezembro de 2021	1.825.511	(61.280)	1.764.231
Contas a pagar			
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	84.032	(52.026)	32.006
	1.909.543	(113.306)	1.796.237
<b>Valor bruto de ativos de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial</b>			
Em 31 de dezembro de 2022			
Contas a receber	144.902	(3.311)	141.591
	144.902	(3.311)	141.591
<b>Valor bruto de ativos de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial</b>			
Em 31 de dezembro de 2021			
Contas a receber	71.530	(386)	71.144
	71.530	(386)	71.144

**4.3 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar o capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade de caixa e obter o retorno esperado aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para, por exemplo, reduzir, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	2022	2021
Dívida líquida (i)	—	—	—
Total do patrimônio líquido	—	2.159.835	—
Capital total	—	3.092.176	—
Índice de alavancagem financeira - %	—	30%	—

(i) Em virtude da posição de caixa e equivalentes de caixa maior do que a posição de dívida financeira a Companhia não possui dívida líquida vigente em 31 de dezembro de 2021 e por consequência, não há índice de endividamento aplicável à Companhia para esse ano.

**5. Instrumentos financeiros por categoria:**

	Controladora	Consolidado		
	2022	2021		
<b>Instrumentos financeiros a custo</b>	<b>Instrumentos financeiros a custo</b>	<b>Instrumentos financeiros a custo</b>		
<b>amortizado</b>	<b>amortizado</b>	<b>amortizado</b>		
Ativos financeiros	Instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	amortizado	amortizado		
Lentes de caixa	97.549	459.232	142.264	464.754
Contas a receber	60.977	58.653	141.591	71.144
Partes relacionadas	435.562	166.772	—	—
Depósitos judiciais	56.172	49.396	65.702	58.240
	650.260	734.053	349.557	594.138
<b>Controladora</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>		
			<b>Instrumentos financeiros a custo</b>	<b>Instrumentos financeiros a custo</b>
Passivos financeiros	<b>amortizado</b>	<b>amortizado</b>	<b>amortizado</b>	<b>amortizado</b>
Fornecedores	1.097.398	—	1.124.548	—
Fornecedores convênio	58.456	—	106.026	—
Empréstimos e financiamentos	263.341	—	—	—
Outros passivos financeiros (convênio)	406.987	—	390.358	—
Partes relacionadas	16.188	—	3.586	—
Credores por aquisição de controladas	47.193	—	47.127	—
	1.889.563	—	1.671.645	—
<b>Consolidado</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>		
			<b>Instrumentos financeiros a custo</b>	<b>Instrumentos financeiros a custo</b>
Passivos financeiros	<b>amortizado</b>	<b>amortizado</b>	<b>amortizado</b>	<b>amortizado</b>
Fornecedores	1.438.178	—	1.223.937	—
Fornecedores convênio	68.437	—	112.933	—
Empréstimos e financiamentos	347.712	—	—	—
Outros passivos financeiros (convênio)	447.936	—	427.000	—
Partes relacionadas	19.299	—	5.551	—
Credores por aquisição de controladas e ativos	98.038	—	47.127	—
	2.419.598	—	1.816.909	—

**6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora	Consolidado		
	2022	2021		
Caixa e Bancos contas movimento	62.042	57.079	101.934	62.601
Aplicações de liquidez imediata (i)	15.507	402.153	40.330	402.153
	97.549	459.232	142.264	464.754

(i) As aplicações de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo sistematicamente certificados de depósito bancário ("CDB") e compromissos com remuneração média de 93% (2021 - 94%) do certificado de depósito interbancário ("CDI").

**7. Contas a receber:**

	Controladora	Consolidado		
	2022	2021		
Cartões de crédito				
Próprio e terceiros	39.775	41.685	101.622	50.591
Comissões	(2.854)	(114)	(3.311)	(386)
Duplicatas a receber (i)	7.252	4.295	18.075	4.357
Convênios (ii)	19.347	15.370	29.505	19.135
Total em aberto	63.520	61.236	145.891	73.697
Ajuste a valor presente	(1.185)	(1.466)	(2.038)	(1.426)
Provisão para impairment de contas a receber	(1.358)	(1.117)	(2.292)	(1.172)
	90.977	58.953	141.591	71.144

(i) Saldo concentrado na operação de aluguel a retalho em lojas e galerias terceirizadas. (ii) Os convênios são compostos por recebíveis advindos das operadores de tickets alimentação e refeição. **Cessão de contas a receber de clientes:** O Grupo opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, o contra a receber vencido é desconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o cedente substancialmente todos os riscos e benefícios associados. O Grupo fez cessão de parte de suas contas a receber a bancos, em 31 de dezembro de 2022 o saldo correspondente a essas operações era de R\$ 703.599 no consolidado (R\$ 754.001 em 2021). O valor foi baixado do saldo de contas a receber no balanço, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis de cartões é classificado na linha "Despesas com juros de financiamentos" (Nota 29 - Resultado Financeiro).

**(a) Compromisso das contas a receber por parte de FPD e MFB:** O Grupo possui compromissos com remuneração média de 93% (2021 - 94%) do certificado de depósito interbancário ("CDI").

**Composição**

	Controladora	Consolidado		
	2022	2021		
A vencer	58.307	58.996	141.265	70.712
Vencidos até 30 dias	1.845	956	2.655	1.603
Vencidos entre 31 e 60 dias	506	119	535	161
Vencidos entre 61 e 90 dias	777	290	808	306
Vencidos a mais de 90 dias	2.085	875	629	915
Total em aberto	63.520	61.236	145.891	73.697

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia e suas controladas são mantidas em moeda nacional. Saldos vencidos referem-se a operação de locação de espaço em lojas e galerias terceirizadas. Os saldos em questão sofreu aumento após o início da pandemia, porém todos os procedimentos de cobrança estão em andamento, em linha com a política de FPD e MFB. As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Em 1º de janeiro	(1.117)	(1.174)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.395)	(4.842)
Valores não usados, estornados	10.154	3.899
Em 31 de dezembro	(1.358)	(1.172)

(b) **Operações com cartões de crédito:** Os recebíveis classificados como cartão de crédito próprio e de terceiros estão representados por saldos a receber da administradora do Cartão Cencosud (Banco Bradesco) e das outras administradoras de cartões, respectivamente. Os créditos por vendas parceladas estão

continua →

Risco	Exposição
Risco de liquidez	Fornecedores
Risco de mercado	Empréstimos
- taxa de juros	
Risco de Mercado - Câmbio	Passivos em moeda estrangeira
Risco de mercado	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis
- taxa de juros	
Risco de crédito	Contas a receber de administradoras cartão
	Caixa e equivalentes de caixa

(i) **Recebíveis de imóveis:** A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, e a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e de câmbio e a risco de crédito, e da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e algumas contas a receber. São adotados procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas, protegendo a rentabilidade das suas operações e o seu patrimônio. **(ii) Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de conta a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue

★ **continuação**

registrados inicialmente pelo seu valor justo, representado pelos valores de face das vendas, descontados pelas mesmas taxas praticadas nas operações de antecipação de recebíveis, taxas essas compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado líquido da participação no Acordo Operacional do Cartão Cencosud que foi transferido pelo Banco Bradesco S.A. à Companhia, líquido das perdas incorridas nas contas a receber, totalizou R\$ 368 (2021 - R\$ 17.616), reconhecido no resultado operacional consolidado e da controladora, na rubrica "Outras receitas, líquidas" (Nota 9). Em 31 de dezembro de 2022, as operações do Cartão Cencosud representam 27% (2021-11%) do volume das vendas da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Estoques de mercadorias para revenda localizados nas:				
Lojas	743.050	680.190	955.769	751.412
Centros de distribuição	173.955	218.149	217.786	218.149
	916.995	898.339	1.173.555	969.561
Provisão para perdas nos estoques	(22.775)	(26.052)	(27.539)	(28.081)
Ajustes a valor presente	(16.788)	(10.648)	(19.827)	(11.425)
	877.422	861.639	1.126.389	930.055

As movimentações na provisão para perdas nos estoques são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Provisão para perdas no estoque</b>				
Em 1º de janeiro	(26.052)	(31.065)	(28.081)	(33.578)
Provisão para perda/obsolescência dos estoques	(96.999)	(71.599)	(108.633)	(78.572)
Estorno de provisão para perdas nos estoques	100.276	76.612	109.175	84.069
Em 31 de dezembro	(22.775)	(26.052)	(27.539)	(28.081)

**9. Tributos a recuperar:** A Companhia registra créditos tributários tão logo reúna documentação jurídica, documental e factual sobre tais créditos, que permita seu reconhecimento. Essas análises incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas, iv) avaliação o contábil sobre o tema e, uma vez reconhecidos v) estimativa de realização monetária dos créditos. Ao se registrar créditos tributários, são observadas sua natureza e origem para que se possa registrar nas devidas rubricas de resultado, conforme abaixo demonstrado: • Créditos oriundos de compras registradas como redutor de "custo das mercadorias vendidas"; • Créditos oriundos de vendas, registrados como redutor de "deduções sobre vendas"; • Demais créditos registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados; • Atualização monetária sobre créditos fiscais, registrados na rubrica de Resultado financeiro, líquido; As realizações desses tributos são avaliadas tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para o período desses créditos. Percebam-se a Companhia a realização de estudos de recuperabilidade e com base nos mesmos, se necessário, ajusta seus saldos de provisão para perda.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS (Nota 9.1)	328.940	347.285	356.737	372.895
ICMS e ICMS (ST) (Nota 9.2)	296.440	313.818	331.027	333.674
ICMS a recuperar ativo imobilizado (9.3)	18.889	17.575	23.750	18.974
Imposto de renda retido na fonte (9.4)	2.330	3.818	2.566	4.949
INSS	9.115	6.041	15.764	6.068
Total	655.714	688.537	729.844	736.560
Circulante	199.762	177.293	258.797	218.006
em circulação	455.952	511.244	471.047	518.554

**9.1 PIS e COFINS:** O PIS e a COFINS são contribuições arrecadadas pelo Governo Federal, previstas na Constituição Federal nos artigos 195 e 239. Estas duas contribuições incidem sobre as receitas auferidas pelas empresas (pessoas jurídicas). No regime não cumulativo ao qual a Companhia está submetida, as aliquotas previstas são, em regra geral, 1,65% para PIS/PASEP e de 7,6% para a CO-FINS. Neste regime é possível que as empresas registrem alguns créditos sobre determinados custos ou despesas incorridas, no caso da Companhia, esses créditos envolvem transações principalmente a compra de mercadorias para revenda, depreciação, aluguel de lojas, energia elétrica, entre outros. A realização estimada do saldo de PIS e COFINS a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	328.940	347.285	356.737	372.895
Provisão para perda/obsolescência dos estoques	(96.999)	(71.599)	(108.633)	(78.572)
Estorno de provisão para perdas nos estoques	100.276	76.612	109.175	84.069
Em 31 de dezembro	(22.775)	(26.052)	(27.539)	(28.081)

**9.2 Imostos sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS:** O ICMS é um tributo estadual, incidente sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, regulamentado pela lei complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, e seus valores são devidos aos estados e Distrito Federal, a cada operação realizada. As aliquotas do tributo são variáveis conforme a origem e destino, se dentro ou fora do estado ou país, entre estados e conforme o produto ou mercadoria, entre outros fatores. Também há a sistemática da substituição tributária do ICMS, conhecida como ICMS-ST, onde os Estados passam a cobrar antecipadamente o imposto do contribuinte produtor ou importador, substituindo, assim, toda a cadeia de tributação do ICMS. Trata-se da transferência da obriga-

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	104.285			
Entre 1 e 2 anos	222.403			
Entre 2 e 3 anos	29.949			
	<b>356.737</b>			

(a) **Movimentação do saldo credor advinda da operação:** A Companhia apura mensalmente, com base na legislação vigente, se há saldo devedor (tributo a pagar), ou saldo credor (acúmulo de créditos). Para formar essa apuração são levados em conta os débitos do tributo nas vendas de mercadorias e prestação de serviços, os créditos das compras de mercadorias e serviços, créditos proporcionais de depreciação, entre outros. Quando a subtração dos créditos apurados sobre dos débitos calculados nas operações de vendas resulta em saldo devedor, há tributo a pagar, no entanto, como a Companhia possui saldo acumulado de períodos anteriores, tal tributo a pagar reduz os créditos a recuperar, atstando a necessidade de tal recolhimento. Quando ocorre o inverso, ou seja, diversos créditos maiores que os débitos, haverá acúmulo de créditos e aumento do saldo acumulado. A redução do saldo credor ocorre quando a situação, ou seja, os débitos apurados são maiores que os créditos. Adicionalmente, também há redução dos saldos credores de tributos mediante a compensação desses créditos com débitos de outros tributos federais, tais como o INSS, IRRF e outras retenções, IRPJ, CSLL, IPI etc. **9.2 Imostos sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS:** O ICMS é um tributo estadual, incidente sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, regulamentado pela lei complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, e seus valores são devidos aos estados e Distrito Federal, a cada operação realizada. As aliquotas do tributo são variáveis conforme a origem e destino, se dentro ou fora do estado ou país, entre estados e conforme o produto ou mercadoria, entre outros fatores. Também há a sistemática da substituição tributária do ICMS, conhecida como ICMS-ST, onde os Estados passam a cobrar antecipadamente o imposto do contribuinte produtor ou importador, substituindo, assim, toda a cadeia de tributação do ICMS. Trata-se da transferência da obriga-

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	104.285			
Entre 1 e 2 anos	222.403			
Entre 2 e 3 anos	29.949			
	<b>356.737</b>			

**12. Imobilizado:**

	Edificações		Instalações		Móveis e Equipamentos		Total em		Consolidado		Controladora		
	Terrenos	benfeitorias	equipamentos	utilitários	de informática	Veículos	operação	Imobilizado	Total	2022	2021	2022	2021
Em 01 de janeiro de 2021	227.322	680.107	75.629	5.014	9.791	1.593	999.456	75.806	1.075.262	1.000.530			
Adições	14	41.363	66.780	1.638	27.435	5.501	142.731	30.781	173.512	166.085			
Baixas	-	(592)	(1.013)	(8)	(7)	-	(1.620)	(315)	(1.935)	(798)			
Transferências	-	816	1.097	34	66	-	2.013	(2.013)	-	-			
Cisão dos ativos (ii)	(219.172)	(144.469)	(3.237)	-	-	-	(366.878)	(3.122)	(370.000)	(370.000)			
Depreciação	-	(89.497)	(25.875)	(461)	(5.809)	1.668	(119.974)	-	(119.974)	(108.771)			
Em 31 de dezembro de 2021	8.164	487.728	113.381	6.217	31.476	8.762	655.728	101.137	756.865	687.046			
Custo total	8.164	1.443.158	793.827	76.684	144.790	16.683	2.493.306	101.137	2.594.443	2.317.479			
Depreciação acumulada	-	(955.430)	(130.446)	(13.467)	(11.314)	(7.921)	(1.827.578)	(1.630.433)	(1.827.578)	(1.630.433)			
Valor residual	8.164	487.728	113.381	6.217	31.476	8.762	655.728	101.137	756.865	687.046			
Adições	-	76.715	57.203	2.578	14.511	298	151.505	56.794	208.289	118.975			
Baixas	-	(3.268)	(2.777)	(29)	(381)	(33)	(3.988)	(343)	(4.331)	(3.858)			
Transferências	-	49.609	65.187	1.303	6.012	(2.921)	119.190	(119.190)	-	-			
Cisão dos ativos (ii)	-	(35.137)	-	-	-	-	(35.137)	-	(35.137)	(35.137)			
Aquisição Giga Atacado	-	113.552	41.436	22.120	3.778	620	181.506	637	182.143	-			
Depreciação	-	(99.411)	(36.568)	(3.631)	(10.995)	(1.229)	(150.924)	-	(150.924)	(129.290)			
Em 31 de dezembro de 2022	8.164	589.989	241.271	28.558	44.401	5.497	917.880	39.025	956.905	637.736			
Custo total	8.164	1.679.967	957.376	102.656	168.710	14.647	2.931.520	39.025	2.970.545	2.432.596			
Depreciação acumulada	-	(1.089.978)	(716.105)	(74.098)	(124.309)	(9.150)	(2.013.640)	(1.920.615)	(2.013.640)	(1.794.860)			
Valor residual	8.164	589.989	241.271	28.559	44.401	5.497	917.880	39.025	956.905	637.736			

O montante total da depreciação no consolidado do exercício vigente está dividido em R\$ 141.442 (controladora R\$ 122.420) lançadas no grupo de despesas e R\$ 9.482 (controladora R\$ 6.870) registrada nas rubricas de "Custo das mercadorias vendidas" pois referem-se às depreciações de itens relacionados a área de logística da Companhia. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, a qual é revisada anualmente. (i) As imobilizações em andamento referem-se a obras de construção ou de melhorias ainda não concluídas, a Companhia iniciou o plano modernização e reforma das lojas a ser concluído em 2023 com investimentos relevantes ao longo de 2021 e 2022. (ii) Baixa relativa à Cisão dos ativos no montante de R\$ 405.137 com ajuste no patrimônio líquido da sociedade e o aumento de capital na empresa Cencosud Brasil Imobiliária Ltda., maiores detalhes em Nota 2.4.1 **Garantias:** Em garantia das obrigações contraias nos contratos de locação dos imóveis de propriedade do G. Barbosa & Cia. Ltda. e PROUPER Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Ltda. a Companhia celebrou instrumentos particulares pelos quais como mecanismo para assegurar os pagamentos dos aluguéis, multas previstas e quaisquer outros acessórios da locação, foram empenhados em favor dos locadores todos os bens, máquinas e equipamentos necessários às atividades e que estejam fisicamente nos imóveis objeto dos mesmos contratos no valor de R\$ 19.310 (2021 - R\$ 13.018). **13. Arrendamentos:**

(i) **Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPC06 (R) (IFRS) 16:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos de direito de uso	779.861	810.837	982.808	866.278
Total	779.861	810.837	982.808	866.278

A determinação do prazo de arrendamento dos contratos de acordo com CPC 06 (R) (IFRS) 16, possuem estimativas críticas, os quais são determinados pela administração da Companhia, utilizando como premissa básica o prazo do contrato vigente e a expectativa de permanência no imóvel.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivos de arrendamentos				
Circulante	223.379	189.711	243.794	202.522
Não Circulante	746.445	824.164	981.951	887.150
Total	969.824	1.013.875	1.225.745	1.089.672

No exercício de 2021, a Companhia cindiu 18 lojas próprias à Cencosud Imobiliária Ltda. Dessa forma, a Companhia passou a não ter o direito sobre essas lojas e, conseqüentemente, iniciou a operação de aluguel das mesmas junto à Parte Relacionada. As operações de aluguel junto à Cencosud Imobiliária Ltda. não resultaram em registro de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento por estarem abarcados em contratos 100% variáveis, calculados com base em percentual das vendas das lojas, e, portanto, conforme CPC 06 (R) (IFRS) 16, devem ser reconhecidos diretamente no resultado. Durante o exercício de 2022 a Companhia registrou os efeitos da combinação de negócios advindos da aquisição do Giga Atacado (Nota 2.4.2), onde agregou a sua operação 10 lojas e um Centro de Distribuição. Todos os imóveis são locados e possuem cláusulas contratuais aplicáveis a norma contábil do CPC 06 (R), nesse sentido foram registrados os seguintes saldos no consolidado: • R\$ 149.748 relativos à rubrica "ativos de direito de uso"; • R\$ 182.449 relativos à rubrica de "Passivos de arrendamentos"; Esses valores estão atualizados com os efeitos de revisão da taxa de desconto de 17,65% em cumprimento ao disposto no CPC 15 (Combinações de Negócios) item 28B que se refere a mensuração dos arrendamentos de empresas adquiridas. (ii) **Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:** As demonstrações do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPC06 (R) (IFRS) 16:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	(182.302)	(150.620)	(200.563)	(160.095)
Total	(182.302)	(150.620)	(200.563)	(160.095)

Despesas com juros (incluadas nas despesas financeiras - Nota 28) (106.329) (100.511) (128.447) (107.150)

Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em despesas administrativas) (6.891) (7.230) (7.241) (7.602)

Descontos de aluguel obtidos (incluídos em despesas administrativas) 4.825 3.571 5.300 4.163

Total (108.395) (104.170) (130.388) (110.589)

ção do recolhimento do imposto para o primeiro da cadeia. Cada Estado elabora a lista de produtos que entrarão na sistemática do ST e aplicam de forma individual uma Margem de Valor Agregado (MVA) ao produto, supondo a margem a ser realizada na venda final. Ocorre que os Estados vêm ampliando a lista de produtos submetidos ao regime de substituição tributária, o que afeta muito o segmento de varejo, como a Companhia transfere mercadorias para outros Estados, diferentes, daqueles de que recebeu inicialmente, há a cobrança do estabelecimento. Essa sistemática, conhecida como "quebra de cadeia", garante ao pagamento e o ressarcimento do imposto recolhido antecipadamente, para mitigar a cobrança de tributo duas vezes pelo mesmo produto. Ainda os contribuintes passaram a ter, desde a decisão do STF no julgamento do RE nº 593.849/MG, o direito de ressarcir a diferença do imposto recolhido a maior ou menor margem real da operação, ao final da cadeia for inferior à margem presumida (MVA) quando da incidência do ICMS-ST, o que geralmente acontece no varejo. Tendo em vista o grande volume dos produtos no regime de substituição tributária, a Companhia vem acumulando um valor cada vez maior dessas restituições e para a sua devida compensação, a Companhia tem se valido de regimes especiais ou outros meios previstos nas legislações estaduais. A realização estimada do saldo ICMS e ICMS (ST) a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	129.870			
Entre 1 e 2 anos	99.009			
Entre 2 e 3 anos	77.087			
Entre 3 e 4 anos	25.061			
	<b>331.027</b>			

**9.3 ICMS a recuperar ativo imobilizado:** A Companhia pode tomar crédito de ICMS sobre a compra de Ativo Imobilizado, desde que o bem seja utilizado na produção e ou comercialização de mercadorias. Para controle desses créditos a Companhia utiliza o CIAP (Controlador de ICMS dos bens do Ativo Permanente), por regra o valor do crédito é aproveitado em 48 anos, ou seja, de forma parcelada. O CIAP foi criado para regularizar o dispositivo da Lei que possibilita a todos os contribuintes de ICMS a apropriação do crédito nas aquisições que forem destinadas ao ativo permanente. **9.4 Imostos de renda retido na fonte:** Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é uma obrigação tributária principal em que a Companhia está obrigada a reter do beneficiário da renda e posterior repasse ao Governo Federal, o imposto correspondente, nos termos estabelecidos pelo Regulamento do Imposto de Renda.

**10. Outros ativos:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber bonificação (i)	38.402	42.558	56.453	44.867
Notas de Débito (JV) (ii)	5.846	9.939	5.846	9.939
Outros Ativos (iii)	16.267	13.617	24.779	15.450
Total	60.515	66.114	86.778	70.256

(i) Refere-se a operação recebíveis juntos aos fornecedores de mercadorias em formato de compras bonificadas, contra partida desses saldos são registrados no resultado na rubrica de "custo dos produtos e mercadorias vendidas". (ii) Refere-se a ressarcimentos via Notas de Débitos de despesas incorridas na operação da Joint Venture de cartões de crédito Cencosud junto ao Bradesco. (iii) Saldo pulverizado, mas em sua maior relevância refere-se a antecipações de despesas diversas da operação relacionadas a folha de salários (vale transporte, férias, assistência médica entre outros.

**11. Investimentos em subsidiárias:**

**Investimentos em subsidiárias (Controladora)**

	2022		2021	
Saldo inicial em 1º de janeiro de	(63.806)	(61.144)		
Participação nos prejuízos de controladas	(19.993)	(256)		
Cencosud Brasil Atacado	(16.139)	(2.918)		
Perini	(36.132)	(2.662)		
Realização de ativos identificados no momento da aquisição	(788)	-		
Perini	(100.723)	(63.806)		
Em 31 de dezembro de				
	(2022)	(2021)		
Investimentos (Ativo Não Circulante)	29.096	29.885		
Perdas em investimentos (Passivo Não Circulante)	(129.823)	(93.691)		
	(100.723)	(63.806)		

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Cencosud Brasil Comercial S.A.

Companhia com base na opinião de seus consultores jurídicos, mantém procedimentos tributários classificados como "possíveis" que juntos totalizam R\$1.159.072 (2021) R\$ 1.128.112). É importante ressaltar que do valor total dessas contingências classificadas como perdidas possíveis, R\$ 202.605 (2021) R\$ 202.317) são de responsabilidade dos antigos proprietários das empresas Bretas, Prezunic e Mercantil Atacado, portanto, a Companhia mantém uma garantia contratual sobre esses processos. As principais causas relevantes relacionadas aos passivos contingentes estão demonstradas abaixo: (i) IRPF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Baretas Bretas. A Companhia realizou autuação em dezembro de 2016 exigindo IRPF sobre pagamentos realizados a pessoas jurídicas prestadoras de serviço sem causa ou de operação não comprovada, referente ao fato gerador de 2011, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 alcança o montante de R\$ 221.251 (2021 - R\$ 205.656). IRPJ/CSLL: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Baretas Bretas. A Companhia realizou autuação em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, do fato gerador de 2010, tendo em vista a suposta constatação de que a autuação teria utilizado despesas não dedutíveis referentes (i) a pagamentos efetuados a sua controladora Ampapar - Amba Participações Ltda. ("Ampapar") e ainda (ii) na contabilização de perdas referentes a recebimentos de créditos, os valores exigidos em 31 de dezembro de 2022 são de R\$ 63.270 (2021 - R\$ 58.928). IRPJ/CSLL sob ação: Em junho de 2017 a Companhia recebeu autuação sob alegação de exigência de IRPJ e CSLL supostamente devidos no período de 2010 e 2011 pela empresa, em razão da glosa de despesas de amortização de ativo registrado nas aquisições das seguintes empresas: Bretas, G. Barbosa, Costa Azul e Super Família. Embora se trate de aquisições entre partes independentes em todos esses casos, o fisco glosou as despesas respectivas sob alegações de (i) uso indevido de veículos de aquisição, (ii) supostas inconsistências em laudo de avaliação que justificaria parte do ativo, e (iii) indevida consideração de patrimônio líquido negativo no cálculo de ativo. A cobrança em 31 de dezembro de 2022 alcança o valor de R\$ 23.089 (2021 - R\$ 21.559). (iv) ICMS: Exigência de imposto por diferença em base de cálculo de mercado de atuação de janeiro de 2020, referente a fatos geradores de 2016 e 2017, sob alegação de não recolhimento do ICMS ST, contudo o auditor não observou a existência de regime especial de tributação obtido pela filial em questão. Em 31 de dezembro de 2022, os valores das autuações alcançavam o montante de R\$ 100.937 (2021 - R\$ 92.207). (v) PIS COFINS - Lei do Bem: A Companhia ingressou com Mandado de Segurança em janeiro de 2016 objetivando a manutenção da isenção de PIS e COFINS relativos à venda de produtos eletrônicos destinados ao projeto de inclusão digital do Governo Federal Lei nº 11.195/2005 (conhecido com Lei do Bem), revogada parcialmente pela Lei nº 13.241/2015. O montante em discussão em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 84.099 (2021 - R\$ 96.701). PIS COFINS - A Companhia foi autuada pelo Fisco referente à cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS relativos aos meses de janeiro a junho de 2016, em decorrência da glosa de créditos apurados pela Cencosud em relação à amortização e depreciação de edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, não tributação de receitas relativas ao comércio no mercado interno de determinados produtos e ao recebimento de bonificações, doações e descontos de fornecedores. Os valores principais foram acrescidos de juros e multa de ofício perfazendo o montante histórico de aproximadamente R\$ 278.845 (2021 - R\$ 254.549), de acordo com os assessores jurídicos da Companhia autuações possuem avaliação de probabilidade de perda possível. **19. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora			
	Diferenças temporárias (i)	Prejuízos Fiscais	Outras diferenças (ii)	Total
<b>Imposto Diferido</b>				
<b>Em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>(377.814)</b>	<b>988.892</b>	<b>341</b>	<b>611.419</b>
Efeitos ajustes CPC 06 (R2)	-	-	-	-
Debitado diretamente ao patrimônio	-	-	-	-
Debitado (creditado) à resultado	(54.961)	27.967	(8.643)	(35.637)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(432.775)</b>	<b>1.016.859</b>	<b>(8.302)</b>	<b>575.782</b>
IR/CS Diferido Ativo	192.225	1.016.859	342.710	1.551.794
IR/CS Diferido Passivo	(625.000)	-	(351.012)	(976.012)
<b>Líquido</b>	<b>(432.775)</b>	<b>1.016.859</b>	<b>(8.302)</b>	<b>575.782</b>
Debitado (creditado) à resultado (iii)	(43.285)	(27.967)	(3.885)	(75.137)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(476.060)</b>	<b>988.892</b>	<b>(12.188)</b>	<b>500.644</b>
IR/CS Diferido Ativo	167.844	988.892	328.292	1.485.027
IR/CS Diferido Passivo	(643.904)	-	(340.480)	(984.383)
<b>Líquido</b>	<b>(476.060)</b>	<b>988.892</b>	<b>(12.188)</b>	<b>500.644</b>

	Controladora			
	Diferenças temporárias (i)	Prejuízos Fiscais	Outras diferenças (ii)	Total
<b>Imposto Diferido</b>				
<b>Em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>(376.761)</b>	<b>1.002.842</b>	<b>7.403</b>	<b>633.483</b>
Efeitos ajustes CPC 06 (R2)	-	-	-	-
Debitado (creditado) à resultado	(55.599)	27.656	(9.678)	(37.621)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(432.360)</b>	<b>1.030.498</b>	<b>(2.275)</b>	<b>595.863</b>
IR/CS Diferido Ativo	200.431	1.030.498	366.590	1.597.519
IR/CS Diferido Passivo	(632.791)	-	(368.865)	(1.001.656)
<b>Líquido</b>	<b>(432.360)</b>	<b>1.030.498</b>	<b>(2.275)</b>	<b>595.863</b>
Debitado (creditado) ao patrimônio	-	-	208	208
Debitado (creditado) à resultado (iii)	(28.848)	(27.966)	5.838	(50.976)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(461.208)</b>	<b>1.002.532</b>	<b>3.771</b>	<b>545.095</b>
IR/CS Diferido Ativo	190.487	1.002.532	413.253	1.606.273
IR/CS Diferido Passivo	(651.695)	-	(409.482)	(1.061.178)
<b>Líquido</b>	<b>(461.208)</b>	<b>1.002.532</b>	<b>3.771</b>	<b>545.095</b>

(i) Diferenças temporárias são decorrentes de diferenças entre o valor contábil de um ativo ou passivo e sua base fiscal. Segue abaixo composição das principais diferenças temporárias na apuração fiscal:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisões Estoques (Quebras, bonificações, slow moving, outros)	9.663	10.760	10.487	11.706
Participação dos Lucros	11.267	12.025	11.781	12.571
Contingências (Cíveis, Fiscais, Trabalhistas)	21.634	21.487	24.134	23.795
Diferença entre a depreciação fiscal e contábil	125.280	147.943	144.085	152.395
IR/CS Diferidos Ativo	167.844	192.225	190.487	200.431

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Amortização ágio fiscal de Companhias adquiridas	(643.904)	(625.000)	(651.696)	(632.791)
IR/CS Diferidos Passivo	(643.904)	(625.000)	(651.696)	(632.791)
(ii) Outras diferenças referem-se principalmente a adições na apuração de imposto de renda e contribuição social relativas à adoção de CPCs contábeis diversos os quais são adicionados para fins de apuração fiscal. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais cujo efeito de utilização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro é considerada provável. De acordo com as projeções elaboradas pela administração da Companhia e suas controladas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos consolidados serão realizados a partir de 2027, os saldos serão realizados conforme os seguintes prazos:				

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2028			9.113	
2029			11.820	
2030			19.849	
2031			27.497	
2032			34.669	
Em diante			899.594	
IR/CS Diferidos Ativo			1.002.532	

#### 20. Receitas diferidas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Acordo operacional - Banco Bradesco S.A. (a)	200.000	200.000	(4.000)	(4.000)
Amortização acumulada (Performance)	(7.354)	(65.104)		
Amortização acumulada (Fixa)	124.646	130.896		
Outros acordos operacionais (b)	9.352	9.352		
Amortização acumulada	(7.659)	(5.098)		
Circulante	1.693	4.254		
Não circulante	119.953	126.339		

(a) **Acordo operacional com Banco Bradesco S.A.:** A Companhia opera um cartão de crédito privado, denominado Cartão Cencosud, acélio somente em suas lojas. Em 6 de novembro de 2006, a operação do cartão Cartão Cencosud foi transferida para o Banco Bradesco S.A., com base no Acordo Operacional assinado no dia 24 de maio de 2006. O Acordo, que foi efetivado com o prazo de cinco anos, renovável por mais cinco anos, estabeleceu que o Banco Bradesco S.A. é responsável pela operação do cartão de crédito privado e que o mesmo transferirá 50% dos resultados desta operação para a Companhia, incluindo o risco de crédito para contas duvidosas. Em 8 de agosto de 2011, a Companhia e suas controladas celebraram novo Acordo Operacional com o Bradesco S.A., que alterou, consolidou e substituiu o acordo original. Em resumo, o novo acordo estendeu a operação do empreendimento em conjunto para outras bandeiras de atuação do Grupo Cencosud (Bretas, Perini e Mercantil Atacado), fixou premissas básicas para oferta de serviços financeiros em relação ao negócio do segmento do Grupo (crescimento não orgânico) e ampliou o portfólio de produtos financeiros: arcaçados pelo empreendimento em conjunto, além de reafirmar ou ratificar aspectos operacionais da relação entre as partes. Em decorrência do novo acordo, o saldo anteriormente recebido e classificado como "Receitas diferidas", foi integralmente apropriado ao resultado. Em consequência da celebração do novo acordo foram fixados os seguintes valores a serem desembolsados pelo Bradesco: (i) R\$ 100.000 pagos em 16 de agosto de 2011, correspondentes à remuneração pela cessão de direito de participação de 50% no empreendimento em conjunto pelo prazo determinado de 16 anos; (ii) R\$ 100.000 a título de antecipação de desempenho ("Primeiro Prêmio") pagos em 16 de agosto de 2011; e (iii) R\$ 100.000 a serem pagos imediatamente ao cumprimento das metas relacionadas ao "Primeiro Prêmio", vinculados ao compromisso de atingimento de novas metas em bases já pre-estabelecidas no contrato. O reconhecimento contábil da receita referente aos recursos relacionados a remuneração pela cessão de direito de participação no empreendimento (R\$ 100.000) está sendo efetuado de maneira proporcional ao período de 16 anos de contrato. O valor recebido a título de antecipação de desempenho (R\$ 100.000) está sendo registrado no resultado do exercício de forma proporcional ao cumprimento das metas de contrato. (b) **Outros Acordos operacionais:** Referem-se a luvas recebidas pela Companhia com parcerias diversas em operações de gestão de folha, meios de pagamento entre outros, contratos realizados com as Instituições financeiras Santander, Bradesco, E-Pay e Ecolab. **21. Participação dos empregados nos resultados - Consolidado:** O plano de participação dos empregados nos resultados mantido pela Companhia foi formalizado em 2006 objetivando incentivar os empregados a alcançar as metas estabelecidas pela administração e, desde então, tem sido atualizado anualmente. Os objetivos estabelecidos estão relacionados principalmente ao atendimento das metas de vendas líquidas e resultado operacional proposto. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém provisão de R\$ 33.139 (2021 - R\$ 35.397) e no consolidado R\$35.479 (2021 - R\$ 36.973), tendo em vista a proporção das metas estabelecidas pela sua direção. **22. Credores pela aquisição de controladas e ativos:** O modelo de aquisição de novos negócios considera o desembolso parcelado dos valores definidos como preço dos negócios adquiridos. Os saldos em aberto destes compromissos estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Credores pela aquisição de:				
Mercantil Atacado	16.686	15.121	16.686	15.121
FAG/Bretas	30.507	32.006	30.507	32.006
Giga Atacado	47.193	47.127	50.845	47.127
Saldos em 31 de dezembro de 2022	98.038	94.254	98.038	94.254
Circulante	30.507	32.006	30.507	32.006
Não Circulante	16.686	15.121	67.531	15.216
	47.193	47.127	98.038	47.127

Aos Administradores e Acionistas **Cencosud Brasil Comercial S.A.** e suas controladas: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cencosud Brasil Comercial S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis

Os saldos referem-se a ex-proprietários das bandeiras Bretas, Mercantil Atacado e Giga Atacado, as quais foram adquiridas pela Companhia no processo de combinação de negócios, portanto não fazem parte das Partes Relacionadas da Companhia. O saldo a pagar aos vendedores de Mercantil Atacado corresponde a retenção de preço efetuada como caução para assegurar o valor equivalente a contingência potencial até o momento não materializada. O saldo a pagar aos vendedores de FAG/Bretas em 31 de dezembro de 2022 refere-se à correção monetária e juros incidentes sobre a última parcela a pagar aos ex-acionistas, conforme disposto no aditivo contratual celebrado entre as partes em 17 de julho de 2018. O saldo a pagar aos vendedores do Giga Atacado, refere-se a parcela a prazo de R\$ 50.000, atualizada pelo CDI com vencimento em 2027 conforme previsão contratual de compra e venda, tal valor poderá ser utilizado para compensação de indenizações ou recomposições por perdas incorridas de competência anterior a transferência do controle. (Nota 2.4.2). **23. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado é de 6.801.464 em lote de mil ações (2021 - 6.801.464 em lote de mil ações), em 31 de dezembro de 2022 a composição por ações da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	Valor
Cencosud Internacional Ltda.	6.773.578	2.671.095 99,6
Cencosud S.A.	27.886	10.997 0,4
	6.801.464	2.682.092 100

O lucro líquido do exercício, quando apurado após deduções, terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas. **24. Receitas líquidas de vendas:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vendas brutas de produtos e serviços	8.660.588	8.297.900	10.326.084	9.141.179
Impostos sobre vendas e cancelamentos	(957.811)	(892.638)	(1.127.522)	(992.321)
Receita líquida de vendas	7.702.777	7.405.262	9.198.562	8.148.858

#### 25. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(5.875.985)	(5.623.494)	(7.089.219)	(6.236.375)
Outros Custos (consumo, embalagens, etc.)	(45.248)	(76.714)	(49.806)	(75.796)
Salários e benefícios (Nota 26)	(662.735)	(622.272)	(743.976)	(667.506)
Tanfias públicas	(154.970)	(143.152)	(117.010)	(157.135)
Comissão com operações de cartões de crédito	(70.429)	(61.736)	(86.204)	(69.283)
Honorários da administração (Nota 26)	(10.105)	(8.646)	(10.700)	(9.095)
Participação dos empregados nos lucros (Nota 21)	(33.277)	(37.211)	(38.407)	(37.780)
Depreciação/amortização	(318.300)	(258.203)	(358.607)	(278.327)
Outras despesas	(394.031)	(387.486)	(446.416)	(419.951)
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	7.565.086	7.218.914	9.000.345	7.950.250

Custo dos produtos e mercadorias vendidas e outros custos apropriados ao CMV (5.972.667) (5.748.260) (7.196.605) (6.364.464) Despesas com vendas (985.761) (971.815) (1.124.392) (1.055.934) Despesas Gerais e administrativas (i) (606.658) (498.839) (679.348) (529.852)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	7.565.086	7.218.914	9.000.345	7.950.250
(ii) Variação das despesas administrativas entre os exercícios ocorre principalmente pela aquisição da nova bandeira Giga Atacado (Nota 2.4.2) no exercício 2022 e efeitos de revisões de depreciação acumulados (Nota 3.1 h) e créditos extemporâneos de verbas de folha (Nota 26 i) lançados durante o exercício de 2021.				

#### 26. Salários e benefícios:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários	(489.811)	(474.552)	(557.081)	(510.588)
Encargos trabalhistas	(152.910)	(159.754)	(166.513)	(171.164)
Participação dos empregados nos resultados (Nota 21)	(33.277)	(37.211)	(38.408)	(37.780)
Transpore tributários	(25.358)	(23.647)	(28.660)	(24.523)
Assistência médica (i)	(56.195)	(21.405)	(60.001)	(22.391)
	(757.551)	(716.180)	(850.663)	(766.676)

Despesa de benefícios a empregados adequada a despesa com logística 51.434 48.052 57.580 52.293 Honorários da administração 10.105 8.646 10.700 9.095 Participação dos empregados nos resultados (Nota 21) 33.277 37.211 38.407 37.780 Total das despesas de benefícios a empregados (662.735) (622.272) (743.976) (667.506)

(i) De acordo com a jurisprudência vinculante do STJ que estabeleceu que todas as despesas essenciais ou relevantes para a empresa (incluindo as despesas obrigatórias por lei), pagas a pessoas jurídicas são passíveis de creditação dos valores de PIS/COFINS no regime de não cumulatividade. A Companhia apurou e lançou em seu balanço durante o exercício de 2021 os valores relativos as despesas vinculadas à mão de obra operacional, que são determinadas por lei específica ou por acordos ou convenções coletivas de trabalho (com força de lei), tais como o vale-transporte, o vale-refeição e os planos de saúde, bem como benefícios similares. **27. Outras receitas, líquidas:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Apropriação de receita diferida parcela fixa	5.672	5.672	5.672	5.672
Variação cambial	1.644	(2.318)	2.146	(2.935)
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	3.761	(166)	5.703	680
Outras receitas, líquidas	11.077	3.188	13.521	3.417

(i) Refere-se a outras receitas e despesas líquidas, com maior destaque a receita na operação de participação de juros com fornecedores (risco sacado), receita por venda de imobilizado e sucata, entre outros. **28. Resultado financeiro, líquido:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas aplicações financeiras	7.464	7.859	10.446	7.871
Outras Receitas financeiras	4.307	8.372	6.021	12.505
Receitas Financeiras	11.771	16.231	16.467	20.376
Despesas financeiras				
Despesas com juros de financiamentos (i)	(76.470)	(43.455)	(80.656)	(45.277)
Juros bancários com empréstimos (42.300)		(6.418)	(82.172)	(6.581)
Juros de Outros passivos financeiros (convênio) (ii)	(46.606)	(24.472)	(50.934)	(24.472

\* continuação

execução para a controlada GIGA BR Distribuidor e Atacadista Ltda. e inclusão do PAA relacionado com "Combinação de negócios (Nota 2.4 às demonstrações financeiras)". **Porque é um PAA: Combinação de negócios (Nota 2.4.2 às demonstrações financeiras):** Conforme divulgado na Nota 2.4.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 1º de julho de 2022, a Companhia concluiu o processo de aquisição de 100% do capital social do GIGA BR Distribuidor e Atacadista Ltda. ("Giga Atacado") por R\$ 520.417, tendo sido apurado ágio de R\$ 323.361. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de compra foi conduzido pela Administração da Companhia e envolveu a contratação de avaliadores especialistas externos. A mensuração e o reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelo seu valor justo, bem como a apuração do ágio, envolveu julgamentos significativos da administração além da aplicação de estimativas relevantes, fundamentalmente em dados e premissas subjetivas, que podem impactar de forma relevante a mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e, consequentemente o valor do ágio apurado na aquisição. Devido à relevância dos valores, à complexidade, ao grau de julgamento das premissas, à metodologia utilizada nas referidas mensurações e o impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras consolidadas, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Leitura dos principais acordos e contratos relacionados a aquisição do Giga Atacado. • Análise dos atos societários relevantes, bem como obtenção de evidências que fundamentam a determinação da data de aquisição do controle do Giga Atacado pela Companhia. • Envolvimento de nossos especialistas em avaliação de ativos para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Companhia, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliação da razoabilidade das premissas relevantes utilizadas e cálculos efetuados confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado. • Revisão do cálculo de determinação do ágio preliminar apurado na transação. • Avaliação da competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio no cálculo da alocação do preço de compra. • Revisão da adequada divulgação realizada nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com dados e informações obtidos. **Porque é um PAA: Avaliação do valor recuperável do ativo intangível (Nota 14 às demonstrações financeiras) e da realização de tributos diferidos (Nota 19 às demonstrações financeiras):** A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vidas úteis definida e indefinida, composto por marcas identificadas nas combinações de negócios das empresas, fundo de comércio e software para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como ágio advindo das aquisições de empresas realizadas nos últimos anos, testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada segmento à qual os saldos se relacionam (Unidade Geradora de Caixa (UGC)). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização. As projeções de fluxo de caixa e de resultados tributáveis futuros foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração da Companhia e suas controladas e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Atualização do entendimento e avaliação do ambiente de

controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável dos ativos da Companhia e de apuração e registro de créditos tributários. • Avaliação da governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo e revisões das equipes de especialistas em cálculos financeiros da Companhia. • Envolvimento de nossos especialistas em projeções financeiras para a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também foi testado a coerência lógica e aritmética das projeções. • Envolvimento de nossos especialistas em temas tributários, para avaliação das bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e diferenças temporárias, confrontando-as com as escrituras fiscais correspondentes. Também foi analisada a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais acumulados ao longo dos próximos anos. • Realização de análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando cenários de taxas de descontos e percentual de margens, bem como foi efetuada leitura das divulgações da administração às demonstrações contábeis. Adicionalmente, foram comparadas as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Porque é um PAA: Recuperação e registro de créditos tributários estaduais e federais (Nota 9 às demonstrações financeiras):** Conforme mencionado na Nota 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem em seu ativo, saldo representativo de impostos a recuperar relativos a ICMS, PIS e COFINS oriundos de créditos fiscais escriturados nas apurações das filiais, créditos extra-apuração, decorrentes de levantamentos realizados pelo setor de planejamento tributário e créditos extemporâneos levantados pela Companhia. Conforme mencionado na Nota 3, um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar as alternativas viáveis de monetização e os prazos prováveis de realização dos créditos tributários da Companhia. A administração da Companhia avalia a recuperabilidade destes créditos tributários, em razão do aproveitamento de grande parte destes créditos somente ser possível de ocorrer de acordo com as possibilidades legais de: compensações com outros tributos estaduais e federais e pedido de aprovação e ressarcimento, em espécie, dos referidos créditos tributários, junto às autoridades fiscais. A realização dos tributos a recuperar tem base em estudo técnico de monetização preparado pela administração da Companhia, na projeção de compras e vendas em exercícios futuros e nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia utiliza-se de premissas contábeis e de negócios nos cálculos das projeções acima que incluem, entre outras, premissas quanto a estimativa de compras e vendas, taxas de crescimento nas operações e as margens de lucro esperadas, inclusive fatores que não estão totalmente sob o controle da Companhia no que se refere a obtenção através de requerimento específico e mediante aprovação de autoridades fiscais competentes. Devido ao grau de julgamento significativo envolvido para determinar tais projeções, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Envolvimento de nossos especialistas tributários na análise das alternativas apresentadas pela Administração da Companhia para a utilização desses tributos a recuperar em pagamentos futuros de tributos estaduais e federais por meio de pedido de restituição e/ou compensação. • Obtenção de entendimentos legais de assessores jurídicos externos e internos, sobre determinados assuntos tributários relacionados às atividades da Companhia. • Avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos cálculos incluídos nessa análise; • Testamos, por amostragem, os cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos tributos a recuperar e, quando aplicável, a correspondente atualização monetária para o período objeto do processo judicial, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela administração. • Análise das estimativas efetuadas pela Administração da Companhia com referência aos prazos para efetiva realização dos referidos créditos tributários, bem como sua adequada classificação entre ativo circulante e não circulante. • Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre as

## Cencosud Brasil Comercial S.A.

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

parcelas de curto e longo prazo. • Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário. • Revisão da adequada divulgação realizada nas demonstrações contábeis. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas e critérios adotados pela administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização dos créditos tributários. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria reali-

zada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP00160/O-5

Salvador, 01 de março de 2023

Vinicius Ferreira Britto Rego  
Contador - CRC 1BA024501/O-9